

GEOGRAFIA, CRISE E CRÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Anselmo Alfredo (Org.)

Fábio Pitta, Allan Silva, Ana Ribeiro, Wesley Valentim,
Walid El Khatib, Rinaldo Pinho, Arthur Bassani, Fábio Amaral, Talita
Ferreira, Guilherme Santos, Leonardo Lacerda, Anderson Santos,
Renato Fujicava, Silvio Lima



Igrá Kniga
São Paulo, 2023

Editorial Igrá Kniga

Allan de Campos Silva

Bruno Xavier Martins

Capa

Marília Furman

Revisão

Renata Santos Rente

Diagramação

Allan de Campos Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geografia, crise e crítica social no capitalismo
periférico / organização Anselmo Alfredo. --
São Paulo : Ed. dos Autores, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991950-1-3

1. Brasil - Política e governo 2. Capitalismo
3. Crítica social 4. Economia mundial 5. Sociedade
I. Alfredo, Anselmo.

23-161896

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Crítica social : Sociologia 301

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Crítica à teoria dos dois circuitos frente à análise da expansão do crédito no Brasil na primeira década do século XXI¹

Ana Sylvia Maris Ribeiro
Doutoranda Geografia FFLCH/USP

Introdução: O aumento do consumo por meio de crédito e a “nova classe média” brasileira na primeira década do século XXI

De acordo com os principais institutos de estatística e pesquisa em economia do país, o Brasil experimentou, na primeira década do século XXI, um avanço dos mais conhecidos indicadores sociais e econômicos². Tanto nos meios de comunicação brasileiros, como em trabalhos científicos em geografia e demais ciências, apareceram diversas notícias e estudos a respeito do aumento dos assim chamados padrões de vida e do poder de consumo, bem como o aumento do número de empregos, principalmente em relação à parcela da população considerada de menor renda, demonstrando uma espécie de alargamento da classe média no Brasil, também chamada, segundo as classificações mais utilizadas nesses meios e entre alguns economistas, de “classe C”.

Dentre o universo macroeconômico brasileiro, constituiu-se historicamente uma interpretação sobre a desigualdade social como classes de renda ou classes econômicas, as quais foram classificadas, ao final da primeira década deste século, como distribuídas entre as designações A, B, C, D e E, sendo a classe “C” batizada pela mídia, por alguns setores governamentais e periódicos de economia que circulam no meio virtual como “a nova classe média brasileira”³. As classes de renda são classificadas a partir do cálculo do PIB brasileiro (Produto Interno Bruto) *per capita*, acrescido de informações advindas do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e do PME (Pesquisa Mensal de Emprego), enquanto indicadores utilizados pelos institutos oficiais de

pesquisa (principalmente o IBGE e outras fontes como o IPEA, o Banco Central entre outros, que, embora apresentem por vezes outras metodologias para seus cálculos, “bebem” do IBGE como sua principal fonte) para classificar e categorizar a situação da população brasileira, do mercado de trabalho, bem como a situação e o diagnóstico de sua “qualidade de vida”.

A taxa de crescimento do PIB nominal brasileiro, no período de 2003 a 2009, foi em torno de 2,88% *per capita* ao ano, segundo o relatório conduzido por Marcelo Neri, na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). Entretanto, os indicadores da PNAD (a qual considera também critérios referentes ao consumo para o cálculo de seu índice) apresentaram um aumento percentual maior do que o PIB per capita para o período: cerca de 4,71% ao ano. Tendo como fundamento a análise desses dados, a redução da taxa de pobreza no Brasil e da desigualdade social e de renda no país foram eventos consagrados pelos relatórios oficiais no período em questão⁴.

Os dados e indicadores são unânimes em afirmar uma diminuição da desigualdade social e aumento da renda entre a população brasileira, no entanto, os números revelam pouco do conteúdo das relações sociais que estão sendo dinamizadas pelo aumento do fluxo de dinheiro na forma de crédito. Dinamismo advindo da possibilidade de acesso ao crédito por aqueles que nunca antes haviam tido sequer contas bancárias e quase nenhum acesso ao sistema financeiro.

Em relação às interpretações sobre o fenômeno da ascensão social, há uma certa discordância sobre a consideração do elemento de maior importância e determinação no processo. As interpretações presentes em sites oficiais do governo brasileiro, bem como no estudo conduzido pelo Centro de Políticas Sociais da FGV-RJ, apontam o fator do crescimento da “renda em trabalho”, da produtividade da economia, como o mais importante e qualitativamente significativo dado do crescimento brasileiro. Entretanto, fatores como inflação baixa e programas de

transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram papel importante no desempenho da economia brasileira nesse período.

É preciso reconhecer que as questões relativas à ascensão social de uma camada da população brasileira, por meio da expansão do consumo via crédito desburocratizado no período considerado, reacendem um amplo debate acerca do subdesenvolvimento e da dependência estrangeira, realizado na geografia brasileira e latino-americana. A partir da teoria do subdesenvolvimento – elaborada por Celso Furtado na década de 1960 – e informado de seus desdobramentos no âmbito da CEPAL⁵ e das discussões acerca das teorias da dependência desenvolvidas no contexto do CEBRAP⁶, Milton Santos desenvolve pela primeira vez, ao final da década de 1970, a *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, que será retomada na primeira década do século XXI, sobretudo no campo da geografia, como importante arcabouço interpretativo do fenômeno de expansão do crédito e do consumo entre as camadas mais pobres da população, entendida enquanto aumento das “finanças”.

Nessa perspectiva, a globalização e o papel do Estado aparecem como ponto central da crítica presente na teoria dos dois circuitos reativada para dar conta da análise desse novo momento histórico. Primeiramente, iremos voltar nossas discussões à questão da ascensão social como aumento do consumo, no âmbito estatal, a partir da concepção de “inclusão financeira”⁷, promovida pelo governo federal enquanto política pública ditada pelo Banco Central do Brasil (BCB). Em seguida, nossa análise se volta para a teoria dos dois circuitos na geografia e suas aproximações com a crítica à chamada “razão dualista”, desenvolvida por Oliveira (2003), como formas teóricas dedicadas a pensar o processo de modernização no Brasil. Nesse sentido, abordaremos rapidamente como a teoria dos dois circuitos foi tomada como pressuposto teórico para se compreender e criticar o movimento entendido como “financeirização” no início do século XXI. Por fim, encerraremos este artigo trazendo elementos para pensar o movimento de

ascensão e queda social no Brasil enquanto desdobramento crítico do capital fictício como mediação social que conforma a totalidade como crise fundamental do capital.

1 – Inclusão financeira como política pública

Desde o Plano Real e a considerada estabilização da moeda brasileira, a partir de 1994, inicia-se no Brasil – por meio de uma série de medidas institucionais de entrada de capital financeiro no país – um processo de desburocratização às formas de acesso ao crédito e a outros produtos financeiros. O processo de desburocratização ao crédito e às finanças foi legalmente fundamentado na constituição federal brasileira de 1988, a qual, através da Resolução nº 1524, autoriza a criação de bancos múltiplos ou universais e libera as instituições financeiras para ofertarem diversos serviços financeiros em seus estabelecimentos. Esse processo ocorreu em par com o mecanismo de securitização dos títulos da dívida externa do país, bem como por meio de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial na década de 1990. Mas é sobretudo na primeira década do século XXI que o processo de mobilização de capital aparentemente financeiro se intensifica e começa a contemplar as parcelas consideradas pobres da população, principalmente através de cartões *Private Label*⁸ e de crédito pessoal, concedido por financeiras, ligadas ou não a grandes conglomerados bancários.

Segundo dados do Relatório de Inclusão Financeira apresentado pelo Banco Central do Brasil em 2010, há um aumento considerável das operações de crédito em relação ao PIB (nominal) de 2005 a junho de 2010. Em menos de cinco anos o aumento percentual do crédito em relação a esse indicador foi de quase 100%. Uma característica do dito aumento do crédito, segundo o mesmo relatório, é o aumento de transações e empréstimos considerados de “baixo valor”⁹. As operações de créditos com “valores” menores que R\$ 5.000,00 se referem

majoritariamente a transações de consumo, de acordo com o documento. Ainda segundo essa fonte, podemos perceber, no trecho extraído a seguir, o grande volume de empréstimos concedidos a pessoas físicas.

Os empréstimos concedidos a pessoas físicas somaram R\$692,6 bilhões em junho [de 2010], após expansão de 19,1% em relação a igual período de 2009, representando 45,3% do total de crédito do sistema financeiro. Os créditos a pessoas jurídicas, por sua vez, somaram R\$836,4 bilhões, com incremento de 30,3% em doze meses, equivalendo a 54,7% do total da carteira de crédito. Embora esteja crescendo a taxas expressivas nos últimos anos, o crédito bancário no Brasil ainda se encontra em patamares baixos, relativamente ao que se observa em outros países, o que sugere a existência de elevado potencial de expansão. (BCB, 2010, p. 75)

É preciso ressaltar que aumento e expansão do crédito em geral, e particularmente o que se estabeleceu no período em questão dentre a parcela considerada pobre da população do país, correspondeu, do ponto de vista do Estado, a um dos principais “objetivos estratégicos” do Banco Central do Brasil (BCB), visando à “promoção de inclusão financeira” enquanto “um direito de todos para efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país” (BCB, 2010, p. 7). O crédito não foi o único “serviço” oferecido a essa população no bojo do processo de “inclusão financeira”. Além dele, foram oferecidos uma série de outros “produtos” financeiros como “poupança, [produtos] de pagamentos e de transferências em geral” (BCB, 2010, p. 18). Nesse sentido, para o Banco Central do Brasil:

Os esforços direcionados na divulgação do tema à sociedade e ao sistema financeiro, por sua vez, tiveram foco inicial no microcrédito, depois em microfinanças e, finalmente, sob o espectro da inclusão financeira, vista como um direito de todos para efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país. Por reconhecer a complementaridade entre estabilidade, integridade e inclusão financeira, o BCB avança no aprimoramento do arcabouço regulamentar e na coordenação dos diferentes atores envolvidos na prestação de serviços financeiros. Há, nessa perspectiva, a convicção de que a busca de mecanismos para inclusão financeira é essencial para redução de desigualdades sociais e para maior desenvolvimento econômico, considerados elementos de um círculo virtuoso: a adequada expansão da inclusão financeira viabiliza o acesso à economia formal, contribuindo para mais crescimento econômico, que, por sua vez, facilita o acesso de mais pessoas à economia e ao sistema financeiro, mobilizando poupança e investimento para o crescimento do setor produtivo. (BCB, 2010, p. 17)

Nesse sentido, estabelecia-se a crença estatal de que o aumento do consumo em geral e em particular da população considerada pobre, ou a promoção de um aumento da demanda por produtos, do consumo, através da abertura do crédito, determinasse um potencial de crescimento produtivo das empresas. A noção de um “potencial de expansão” é constante no argumento. Também se evidenciava a preocupação com a “inserção” da população na considerada “economia formal”. O relatório afirma ainda a possibilidade de que conceder crédito e outros produtos financeiros à população, a pessoas físicas – principalmente à população considerada pobre – permitiria uma espécie de “autovalorização” do dinheiro emprestado por meio de pequenos “empreendimentos produtivos” que essas pessoas poderiam realizar, trazendo assim fôlego à economia e a possibilidade de expansão dos mercados. Essa segunda visão atrela-se à concepção de microcrédito que vem se difundido largamente em âmbito mundial, sobretudo nas últimas décadas¹⁰ e aqui no Brasil na forma jurídica do MEI, Micro Empreendedor Individual. Nesse sentido, a noção de inclusão, de acordo com a visão estatal expressa nesse relatório,

ganha destaque positivo enquanto política de desenvolvimento social fundamentada na expansão financeira.

Todavia, em documento anterior ao Relatório de Inclusão Financeira de 2010, o “Comunicado da Presidência número 7”, relatório oficial do IPEA, intitulado “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano” – conduzido pela Assessoria Técnica da Presidência em agosto de 2008, e que teve como finalidade se dedicar “a observar o comportamento da renda de pobres e ricos nas seis principais regiões metropolitanas do país, pontuando questões que merecem atenção da sociedade e das autoridades” (IPEA, 2008, p. 2)¹¹ – expressava outra questão, ausente no Relatório de Inclusão Financeira. Segundo o Comunicado do IPEA, o enriquecimento e desenvolvimento econômico do Brasil relacionava-se a uma dimensão mais ampla do que a expansão de crédito no país, em que os ganhos de produtividade, advindos de novos investimentos no capital considerado produtivo, não correspondiam ao aumento proporcional dos ganhos reais pelos trabalhadores:

A economia brasileira, ao longo dos últimos anos, tem demonstrado um vigor que parece refletir-se positivamente sobre a renda familiar. Em outras palavras, o crescimento produtivo do país veio acompanhado de uma melhora na renda das famílias em todas as faixas, implicando em uma queda no número de pobres no país e mesmo, mais recentemente, em elevação no número de pessoas de alta renda (ricos). Contudo, mesmo com números alvissareiros, é necessário notar que os significativos ganhos de produtividade não estão sendo repassados aos salários, indicando que os detentores dos meios de produção podem estar se apoderando de parcela crescente da renda nacional. (IPEA, 2008, p. 2)

O comunicado do qual foi extraído o trecho acima, realizado no contexto da crise internacional de 2008-2009, anuncia o crescimento produtivo do setor industrial brasileiro e identifica uma problemática econômica nacional posta no plano da distribuição dos ganhos da produtividade em que os salários e a remuneração dos trabalhadores não acompanharam esse crescimento¹². O trecho aponta ainda uma possível

acumulação por parte dos “detentores dos meios de produção”, o que implica uma defasagem salarial dos trabalhadores. Para chegar a essa conclusão, o comunicado em questão se vale de um indicador chamado “Custo Unitário do Trabalho” (CUT), “entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade” da considerada indústria brasileira.

Segundo o mesmo relatório, o Custo Unitário do Trabalho teve uma queda de 10,2% entre dezembro de 2001 e abril de 2008. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, outro indicador utilizado pelo Comunicado da Presidência para orientar e compor suas análises, a produção física da indústria, mensurada pelo IBGE, indica que esta aumentou na ordem de 28,1% (de dezembro de 2001 a dezembro de 2008), com o consecutivo ganho de “produtividade do trabalhador” de 22,6%, ao passo que a folha de pagamentos à força de trabalho obteve um aumento em termos reais, no mesmo período, de apenas 10, 5%.

Uma das conclusões do comunicado em questão é a de que “sem o repasse pleno da produtividade aos trabalhadores, [se] estimula a expansão do estrato superior na distribuição de renda no Brasil” (IPEA, 2008, p. 12). Nota-se que a noção de produtividade considerada por esses indicadores está diretamente vinculada à materialidade produzida e tais relatórios não abordam o índice de endividamento do setor considerado produtivo. Diante desses dois momentos que expressam a concepção estatal acerca da economia brasileira – em que um ressalta o ganho de produtividade da indústria nacional em detrimento do custo unitário do trabalho, sugerindo assim uma acumulação de renda por parte dos detentores dos meios de produção, e o outro em que a inclusão financeira é considerada um dos objetivos nacionais para a “redução de desigualdades sociais” e para a promoção da “estabilidade” e “integridade” do país – podemos levantar duas questões: i) A crise fundamental da economia e da política brasileira, que se expressaria na década seguinte, estaria no descompasso entre produção e distribuição de renda, ou do capital? ii) Quais sentidos o

capital financeiro assume nesse contexto – nacional e mundial – que apontam para uma crise e uma possível ficcionalização das categorias do capital?

2 – Aproximações entre a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e a crítica à razão dualista

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo contexto da ditadura militar e do considerado “milagre econômico” brasileiro (1969-1973) que colocavam teoricamente aos pensadores brasileiros e latino-americanos diversas questões acerca da noção de desenvolvimento e modernização como devir histórico dos países periféricos. Na geografia brasileira e nas ciências sociais e econômicas, foi travado longo debate a respeito das causas e consequências da pobreza no Brasil, entendida principalmente no contexto de discussões sobre a especificidade do desenvolvimento capitalista nos países de Terceiro Mundo, também chamados de países subdesenvolvidos. No âmbito das discussões do CEBRAP, em relação a esse assunto, pensamos que foi desenvolvida importante elaboração, no início da década de 1970, na obra “Crítica à Razão Dualista” (publicada pela primeira vez em 1972) de Francisco de Oliveira. Grandes foram os esforços, em relação a essa questão, para se compreender o “subdesenvolvimento” como a “produção da expansão do capitalismo” estabelecido nos países periféricos (Oliveira, 2003, p. 32).

De maneira geral, podemos entender que o subdesenvolvimento para Oliveira se constituiria na articulação da produção da dependência internacional do país, atrelada à divisão internacional do trabalho e aos interesses da burguesia nacional. O autor retoma o argumento de Furtado e de Marx de “18 de Brumário” para afirmar a política não como externalidade, mas como estruturante na relação e reprodução do capital enquanto sistema. Considerando a relação de totalidade engendrada pela expansão mundial do capital, atentando para a relação entre a dependência

nacional e a forma de desenvolvimento interno e externo do modo de produção capitalista, os países subdesenvolvidos se constituíam, para esse autor, como “reserva de acumulação primitiva do sistema global” (Oliveira, 2003, p. 33). Oliveira, assim, critica um ranço de evolucionismo contido em diversas teorias marxistas sobre o subdesenvolvimento, pois essa noção não comportaria a consciência, ou ainda, o âmbito de ações políticas orientadas com sentido determinado de classe (Oliveira, 2003, p. 126)¹³.

Em vista disso, para Oliveira, era necessário criticar o modelo de interpretação dualista desenvolvido pela concepção cepalina, o qual afirmava que o processo de industrialização no Brasil efetivou um setor “moderno”, no qual se estabeleciam formas urbano-industriais de acumulação, deixando o outro “atrasado”, pois que carregava ainda as características de uma economia agrário-exportadora primitiva, sendo esta compreendida enquanto a característica fundamental do subdesenvolvimento. Em relação à crítica à concepção dualista de subdesenvolvimento, Oliveira escreve:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (2003, p. 32)

A principal crítica de sua obra em relação à razão dualista consiste em reconhecer que aquilo que era considerado como atrasado, relações não-capitalistas de produção ou ainda as formas mais precárias e empobrecidas da reprodução da classe trabalhadora no campo e nas grandes cidades brasileiras, não era fruto de relações arcaicas de produção, mas antes representaria a forma funcional de exploração do

desenvolvimento moderno capitalista, *i. e.*, a sua forma moderna de acumulação nos países subdesenvolvidos. Portanto, as condições de pobreza para Oliveira eram funcionais ao desenvolvimento capitalista acelerado e nada mais errado para o autor do que tratá-las como um “corpo estranho” ao processo de acumulação. Nesse aspecto é possível reconhecer no autor um projeto político no qual afirma que os pobres não podem ser abandonados à própria sorte sob pena de barrar o desenvolvimento. Para Roberto Schwarz, a propósito dos escritos de Oliveira, seria necessário um projeto de modernização integrada de modo a alçar os pobres à condição de cidadania, em que a “superação da pobreza” se constituiria como a chance histórica do país para conquistar uma “nova situação internacional” (Schwarz, 2003, p. 18-19). Assim, Oliveira reconhece a impossibilidade histórica da reprodução da acumulação capitalista nos países periféricos nos termos de uma escolha política, ou antes, um conluio entre a burguesia urbana industrial, nacional e internacional, e o Estado, após a década de 1960.

Já Milton Santos, sob o movimento de renovação crítica da geografia brasileira que ficou conhecido como Geografia Ativa, intentou, através de uma “análise sistemática, capaz de conduzir à formulação de princípios gerais”, a realização de uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” própria para os países subdesenvolvidos (Santos, 2004, p. 26). A teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, expressa na obra (Santos, 2004 [1979]), tem como perspectiva teórica o “desenvolvimento desigual”, enquanto desigualdade social e espacial. O autor estava na chave de pensar, seguindo a tradição de Pierre George, uma distribuição mais igualitária dos recursos produzidos socialmente. Para Santos (1980) esse autor da tradição da geografia humana francesa, estabeleceu o “[...] esforço em abarcar a dinâmica dos sistemas socioeconômicos com as estruturas de produção” na explicação geográfica, o que colocava, segundo Santos, o

marxismo como “ideologia coerente seguida discretamente por alguns geógrafos.” (Santos, 1980, p. 82)

Em relação à adoção do marxismo na perspectiva da Geografia Ativa e da chamada Geografia Crítica é possível reconhecer, entre outros fatores, a apropriação das noções de desenvolvimento desigual e combinado e subdesenvolvimento, em relação às quais a totalidade vai ser considerada na relação entre as partes e o todo, agora sob “uma perspectiva histórica e social [...] estando sustentada na contradição entre as classes” (Leite, 2015, p. 120). Milton Santos, a partir de uma proposição teórica que não afirma explicitamente a disputa entre classes como determinante do processo de desenvolvimento, responde aos anseios da construção de outra perspectiva de planejamento¹⁴ fundamentada na crítica distributivista que orienta suas análises a partir de afirmações acerca da necessidade de organização e redistribuição espacial da riqueza concentrada. Leite aponta como essa tradição de crítica “esteve ligada à consolidação de uma ‘esquerda’ política nacional, para a qual o planejamento e o próprio sentido da ação do Estado deveriam ser disputados” (2015, p. 121). O socialismo, ou ainda, a perspectiva social democrata como horizonte político e científico, estava implícito em tais análises.

A preocupação com a distribuição dos recursos sobre o território e entre os considerados diferentes “agentes espaciais”, por sua vez, constitui-se como incorporação crítica da “Teoria das Localidades Centrais” de Christaller, no movimento da Geografia Ativa que afirmava a necessidade de intervenção da ciência geográfica na construção de teorias que tratassem da questão das desigualdades a partir de uma perspectiva prática e positiva quanto ao caráter específico do espaço dos países subdesenvolvidos, para que dessa maneira fosse possível “desenvolver teorias que tenham sentido tanto para os geógrafos como para os cidadãos.” (Santos, 1980, p. 88, 89). A efetivação desse processo de desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos, de acordo

com a visão desse movimento do pensamento social e geográfico, deveria ser impulsionada pelo Estado.

Santos chamava atenção para a necessidade de se entender e estudar a especificidade dos países subdesenvolvidos, em sua dimensão histórica e organizacional, em relação aos países desenvolvidos, de modo que fosse possível compreender os impactos do que o autor chamou de “modernização tecnológica” sobre esses países, sem ter que recorrer a conceitos e perspectivas transplantadas irrefletidamente dos países desenvolvidos (2004, p. 18). De acordo com os pressupostos dessa teoria, a organização e reorganização do espaço dos países subdesenvolvidos realiza-se “em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial”, cujas forças são seletivas, determinando, dessa forma, uma seletividade espacial “em nível econômico e social” que resultaria no aparecimento – no espaço das cidades dos países subdesenvolvidos – de dois circuitos responsáveis pelo processo econômico e de “organização espacial”: o circuito superior, moderno e rico; e o circuito inferior, pobre e não-moderno (Santos, 2004, p. 21, 22). Segundo o autor, o circuito superior receberia apoio e ajuda governamental enquanto o circuito inferior não receberia e, ao contrário, ainda seria fruto de perseguições por parte deste, como no caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes. O circuito inferior estaria relacionado à integração e relações com o local, enquanto o superior estaria integrado ao âmbito da realidade nacional e desta com o exterior (Santos, 2008, p. 103).

Nesse sentido, percebemos uma aproximação entre a crítica de Oliveira e a de Milton Santos em relação a noções e teorias formuladas sobre o subdesenvolvimento¹⁵. Ambos autores apresentam uma mudança qualitativa sobre a análise da produção e reprodução do capitalismo nos países periféricos ao questionar o dualismo que se apresentava como forma clássica de análise, o qual atribuía aos setores tidos como “atrasados” os problemas do subdesenvolvimento. Ao contrário, na formulação dos dois pensadores, o que aparecia como “atraso” e pouco

desenvolvido do ponto de vista lógico-histórico capitalista, era funcional à forma da acumulação dos países desenvolvidos, do centro do capitalismo¹⁶, e ao mesmo tempo reiterava a situação de pobreza estrutural do país. Entretanto, diferentemente da perspectiva explícita da luta de classes presente na formulação de Oliveira, Milton Santos vai olhar para a desigualdade do fenômeno da modernização a partir de uma perspectiva de seletividade espacial, segundo sua “densidade técnica” e informacional (Santos, 2004, p. 33):

Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão (Santos e Kayser, 1971). Por outro lado as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar. Disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos. (Santos, 2004, p. 20, 21)

Ao se ater ao espaço enquanto categoria explicativa da realidade, a teoria dos dois circuitos constitui-se a partir de termos e lógica provenientes da física: força, impacto, inércia, pontos, direção, sem falar que o próprio espaço parece ser considerado em sua acepção newtoniana, e, nesse sentido, absoluto; espaço neutro que pode ser moldado e construído objetivamente segundo os diferentes “interesses” que se expressam como forças potenciais que encontrarão mais ou menos resistência, forças de “inércia” à sua organização ou reorganização. Tal perspectiva teórica, conforme aponta Alfredo (2009, p. 2), não contempla “a crítica necessária a uma sociedade determinada por abstrações”, pois, ao se ater à materialidade do real como objeto de estudo, a análise espacial

desconsidera a contradição existente entre concreto e abstrato que constitui a forma mercadoria e a totalidade capitalista. Nesse sentido, as análises fundadas na concretude do espaço são fetichistas já que, tendo em vista a produção de materialidade, a condição coisificada de valores de uso acaba por determinar a “consciência objetivada da subjetividade, sob o capital”, (Alfredo, 2010, p. 39).¹⁷

Gaudemar (1977) alerta para o fato de que essa concepção de espaço esteve muito presente na ciência econômica clássica, que frequentemente aplicava princípios da termodinâmica e das leis da gravitação para explicá-lo e construir modelos de crescimento econômico. Afirma, ainda, que essa concepção esteve frequentemente atrelada à noção de diferenciação espacial, a qual tratava sobretudo de deslocamentos de fatores de produção segundo uma aceção de fluxos de ajustamento numa realidade que supostamente tende ao equilíbrio, configurando, dessa maneira, um discurso econômico desenvolvimentista que, dentre outros aspectos, serviam de apologia à reprodução do capital¹⁸ (Gaudemar, 1977, p. 173). Nesse sentido, podemos perceber como a análise do processo de modernização sob a perspectiva da materialidade do espaço, em Santos (2004), conduz a explicações físicas e mecânicas do movimento contraditório do capital. Todavia, mesmo sendo uma linguagem proveniente da física, essa forma já se constituía como universo de entendimento da economia em relação à população, conforme atenta Gaudemar. A seletividade do espaço, segundo Santos, se dá em função da densidade técnica e informacional apresentada por ele. A informação e a técnica analisadas, bem como a perspectiva da divisão social do trabalho, são transformadas em recursos que definem materialmente se um espaço será atingido diretamente pela modernização ou não (Santos, 2004, p. 33). O processo de modernização, considerado pela teoria dos dois circuitos, é assim entendido sob o “impacto de novas variáveis” que provocariam uma forma de “especialização espacial” impondo, dessa maneira, uma “hierarquia de lugares”, o que levaria a uma “tendência em direção à

polarização em torno de pontos privilegiados através do território” (Santos, 2008, p. 105). Esse processo, para o autor, conformaria o sistema urbano a partir dessa hierarquização do espaço, enquanto território nacional. Nesse sentido, a renda vai ser assumida pela teoria espacial como categoria da economia política e tentará ser explicada em função da localização do indivíduo no espaço:

[...] nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. [...] O comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual (Santos, 2004, p.21).

Estabelecendo laços com a economia política desenvolvimentista pensada por Furtado nas décadas de 1950 e 1960 (Furtado, 1965), a teoria dos dois circuitos afirma que as novas formas de produção e comércio, resultado da modernização tecnológica, provocam uma “deformação na estrutura de consumo”¹⁹ (Santos, 2008, p. 95). Dessa forma, mantém-se a ideia de que poderia existir um nível ou qualificação ótima de consumo, partindo de uma noção que tem como pano de fundo a concepção de equilíbrio, de sistema equilibrado.

O consumo, apartado das determinações da produção pela análise espacial, é constantemente analisado partindo da ideia de “difusão de inovações” e ganha, para Santos, assim como a noção de “organização do espaço”, a forma polarizada entre o que se apresenta como os elementos e fatores nacionais (internos) e internacionais (externos) (2008, p. 58). Reconhecemos o esforço de Santos ao elaborar a teoria dos dois circuitos no sentido de procurar superar uma visão fragmentada dos momentos de circulação, distribuição, produção e consumo do capital. Entretanto, pensamos que sua análise, na forma de circuito, separa justamente os momentos do capital que detém uma identidade negativa, uma relação de simultaneidade contraditória. Nesse sentido, entendemos que identificar

espacialmente produtores e consumidores em separados é retirar o caráter de co-determinação interna entre esses termos. Ao pensá-los separadamente diante do processo de modernização do país, entendemos que Santos localiza o consumo como finalidade que aparece fora da economia, como objeto de uso, apropriação, e promessa no âmbito do vivido. O desdobramento dessas reflexões para a realidade das décadas seguintes conduz o autor à crítica da globalização enquanto movimento de uma totalidade sistêmica:

Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. (Santos, 2008, p. 145)

A descrição do processo de globalização nesses termos reitera a ideia de uma ordem natural oculta atribuída ao espaço que é perturbada com “forças” e “vetores seletivos” das variáveis modernas, perturbações que levam a desequilíbrios e instabilidades, necessitando de regulação e ordenamento (técnico e estatal, em outras palavras, tecnocrático) para seu restabelecimento. O processo de modernização é encarado como uma “força” que vem do centro e que não atinge a periferia no mesmo momento. Como o autor está na perspectiva de entendimento da totalidade e não de crítica a ela, a questão posta pela contradição do desenvolvimento capitalista – enquanto contradição interna da forma mercadoria e do aumento histórico da composição orgânica do capital²⁰ – aparece como um problema que a geografia deve tratar sob a noção de escala, onde as variáveis atuam segundo o nível (do espaço) considerado.

Para Santos (1996) a análise da técnica em sua unicidade, na qualidade de sistema, conferiria um método à ciência geográfica capaz de compreender o espaço a partir de diferentes manifestações que compõem sua existência. Nesse sentido, a centralidade da técnica conferiria também coerência entre as categorias internas e externas ao espaço, além de ser

reveladora da produção histórica da realidade, de suas formas de empirização do tempo em objetos técnicos e informacionais. Dessa maneira, Santos abandona a ideia da unicidade ou da unidade terrestre em favor da totalidade, no entanto, desenvolve uma perspectiva ontológica da técnica, atrelada à ontologia do espaço, sendo que a inserção da perspectiva histórica se dá a partir da consideração da evolução do meio geográfico promovida pelo desenvolvimento técnico da sociedade. Tal perspectiva possibilitaria identificar ao menos três formações e estágios distintos do meio geográfico ao longo da história, segundo sua “densidade técnica”: meio natural, meio técnico e meio técnico científico-informacional, sendo esse último o que caracterizaria o fenômeno hodierno da globalização. Todavia, contra uma globalização considerada perversa, o autor ressaltava a “força do lugar”, como potência que se manifesta na emoção e na materialidade, em objetos e corpos, que constroem “horizontalidades” a partir do uso da técnica.

É preciso lembrar que a geografia miltoniana – além de carregar a preocupação com a desigual distribuição dos recursos e desenvolvimento técnico sobre a Terra – é marcada ainda pela incorporação da fenomenologia nas análises geográficas, voltando-se para o reconhecimento e análise do espaço vivido e suas representações (Lencioni, 1999). No entanto, a aproximação da teoria espacial das concepções físicas associa-se à perspectiva sistêmica de cidade, enquanto “sistema urbano”, que acaba por repor, em diversos momentos dessa reflexão teórica, o estruturalismo como forma de análise, em detrimento da dialética. Olhar para as realidades locais foi a forma que Santos encontrou de lidar com a questão da totalidade, mas essa se torna a única forma da relação entre o que ele considera como a especificidade dos países subdesenvolvidos e a totalidade capitalista. Em vista disso, não há descoberta dos termos da contradição da mercadoria e do desenvolvimento histórico e contraditório das forças produtivas por essa

teoria, somente a crítica à dominação de classes transmutada na perspectiva da dominação de um sistema pelo outro.

3 – A atualização da teoria dos circuitos sob o entendimento das “finanças” como variável chave do mundo globalizado

Na primeira década do século XXI, diante da constatação do aumento do consumo das parcelas mais pobres da população brasileira por meio do acesso ao crédito desburocratizado, a teoria dos dois circuitos desenvolvida por Santos na década de 1970 é recolocada na geografia do país²¹ como arcabouço teórico para compreender a forma de exploração do circuito superior sobre o inferior. Ademais, o aumento do dinheiro via crédito será lido por essa perspectiva teórica como movimento das “finanças”, que passa a ser considerada variável chave para o entendimento da modernização tecnológica que parecia atingir agora o chamado circuito inferior. O aumento do crédito atrelado ao aumento do consumo de bens duráveis e não-duráveis, materiais e imateriais, é uma questão presente nas discussões atualizadas da teoria dos dois circuitos. Silveira (2009) chama atenção para a busca de liquidez e consumo relacionado ao crédito e outras políticas públicas nacionais²².

Sob o contexto da chamada globalização, a retomada da teoria dos circuitos se debruçará sobre a financeirização da vida cotidiana, por meio do acesso ao crédito considerado como componente dinâmico do capitalismo contemporâneo, enquanto fator e reconfiguração das periferias de metrópoles de países emergentes. A partir do reconhecimento da expansão das operações de finanças para grandes redes de comércio varejista para além dos tradicionais bancos e instituições financeiras, tais leituras embasadas na teoria dos circuitos afirmam que a lucratividade das empresas atrelada aos juros dos produtos financeiros será maior do que a obtida com a venda de mercadorias fabricadas ou comercializadas. Nesse

sentido, a perspectiva que se assume é a de que os juros excedem o “valor real” das mercadorias materiais vendidas por meio do crédito.

Considerando que o parcelamento creditício permite um maior endividamento por parte dos consumidores que não teriam tradicionalmente renda suficiente para consumo de determinados bens, a perspectiva da teoria dos dois circuitos atualizada vai olhar para o consumo e para uma determinada “Coerção da compra” que se generaliza. A facilidade do crédito, segundo essa concepção, conformaria a “sociedade de consumo” enquanto possibilidade imediata de um consumo para o qual não se tem meios presentes de se pagar: tal imediatez seria “a grande sedução do crédito”. Contudo, de acordo com essa perspectiva, o preço a se pagar por tal imediatez seria maior que o valor real do produto e é segundo essa lógica que o circuito superior, enquanto economia financeirizada e mundializada, drena renda em dinheiro do circuito inferior. O impulso da compra, todavia, responde a uma demanda legítima de consumo, reprimida durante anos, por parte das camadas mais pobres, como observa Contel em entrevista para a Agência FAPESP (Arantes, 2016)²³. Assim, o endividamento é ressaltado como forma recorrente detectada pela pesquisa fundamentada no estudo dos circuitos, em que novos créditos são contraídos muitas vezes não para o consumo, mas para a rolagem de dívidas anteriores não pagas. A financeirização da economia é entendida por essa perspectiva concomitante à financeirização do território, em que o aumento da densidade técnica e informacional do território – dos “fixos geográficos” – determinará a nova forma de exploração de um circuito pelo outro²⁴. Em vista disso, a análise da financeirização do território orientará a pesquisa e o estudo dos circuitos da economia urbana para a considerada nova base técnica do espaço, responsável por levar os dispositivos financeiros e a técnica bancária a todos os lugares:

O que é mais racional, no processo de tornar-se competitivo, deve ser aplicado, eliminando todo tipo de viscosidades políticas, jurídicas, sociais e culturais. Desse modo, difundem-se sistemas técnicos automatizados para substituírem o trabalho humano, que é sempre considerado mais caro, demandante de pausas e potencialmente criador de conflitos, assim como normas destinadas a reduzir a quantidade de mão-de-obra, ou a transferir à esfera individual um conjunto de condições consideradas anteriormente soluções de civilização. (Silveira, 2009, p. 67)

Diante do exposto, podemos compreender que, segundo a teoria atualizada dos dois circuitos, a coerência racional posta ao espaço pelas variáveis centrais do processo de modernização tecnológica – a técnica bancária, a informação e as finanças – promove simultaneamente a racionalização do território, conferindo maior fluidez à circulação material e imaterial no espaço nacional e o desemprego de grande parte da mão-de-obra nacional nesses setores considerados modernos (Montenegro, 2006), a qual vai ser empregada e incorporada ao circuito inferior da economia, como forma de trabalho e consumo. Ao mesmo tempo, as finanças capilarizadas do circuito superior parecem “avançar” para todo o território enquanto mercado, inclusive aos tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior, provocando, segundo essa teoria, uma drenagem de dinheiro da economia pobre para a economia mundial globalizada, o que acaba por conferir maior velocidade à economia do circuito inferior e endividamento de grande parcela da população, reproduzindo assim, a ideia de pobreza estrutural e subdesenvolvimento já analisada por Santos no alvorecer dessa teoria.

4 – Considerações finais: O capital fictício e o apagamento da crise e da crítica categorial do capital

Tanto na perspectiva da crítica à razão dualista sob entendimento da luta de classes, presente em Oliveira, quanto na teoria dos dois circuitos da economia urbana, apresentada por Santos, não aparece a dimensão de

crise interna e categorial do capital. Nesse sentido, percebemos em ambas perspectivas certo desengajamento da teoria da crise apontada por Marx n'O *Capital*. O processo de modernização, que deveria ser alvo da crítica tendo em vista sua negatividade enquanto momento de dominação social, é conformato na teoria e na crítica distributivista, expressando aparentemente uma racionalidade perfeita quanto ao desenvolvimento capitalista e sua forma de acumulação, sendo a desigualdade uma componente funcional ao sistema apenas como dominação de classe ou de um circuito pelo outro.

De acordo com Alfredo (2009), o estudo da especificidade dos países subdesenvolvidos na forma da análise do desenvolvimento técnico, na teoria espacial de Santos, retira o caráter crítico do processo: não existe crise na aparência do movimento de modernização do capital lido “espacialmente” como desenvolvimento da técnica enquanto atributo “natural” da sociedade. No lugar de uma crítica à relação capital e suas categorias se coloca, assim, uma crítica moral aos efeitos injustos do ponto de vista humano e social do consumo e do sistema. O estudo da técnica e das mercadorias enquanto simples “objetos” retira seu caráter contraditório de desenvolvimento das forças produtivas, categoria marxiana que expressa a determinação tautológica, de fim em si, concebida na dialética categorial de Marx, como movimento negativo do capitalismo enquanto totalidade. A riqueza, constituída na forma da mercadoria e do valor, que se põe como finalidade social tautológica “abstrata e absurda” (Pitta, 2020) não é tematizada como negativa.

A crise como identidade do capitalismo tem origem no desdobramento histórico da contradição presente em sua forma elementar, a forma mercadoria. Essa forma, segundo Marx, se estabelece de maneira fetichista, pois a relação entre os produtores aparece como sendo a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho, isto é, uma relação entre coisas e não entre pessoas, postas numa dada sociabilidade. A forma mercadoria constitui-se a partir da contradição

existente entre seus dois aspectos: valor de uso e valor, considerando que o valor das mercadorias não provém das características físicas e essenciais do objeto, de seu valor de uso, mas sim do tempo social médio de trabalho nelas presente (Marx, 1988, p. 71). A forma valor carrega a forma abstrata de ser do trabalho e a forma abstrata da equivalência, o que permite que duas mercadorias diferentes sejam trocadas por meio de um fundamento comum, o trabalho: como trabalho simples e abstrato; como tempo social médio necessário à produção das mais diferentes mercadorias. Assim, o trabalho se constitui como o fundamento social da sociedade capitalista produtora de mercadorias (Postone, 1993). No entanto, o trabalho na análise do marxismo tradicional e na teoria dos dois circuitos é considerado como atividade humana em geral, o que confere os termos da ontologia do trabalho atrelada à ontologia do humano, que desconsidera o caráter historicamente determinado do trabalho moderno.

Nos Grundrisses (2011), assim como na “Lei Geral de Acumulação Capitalista” (Marx, 1983), Marx discute o caráter duplamente contraditório que envolve a reprodução capitalista entre o dinheiro – que no processo produtivo é capital, que se valoriza através da extração de mais-valia – e o trabalho, como fundamento social que produz o valor. O aumento da produtividade, como movimento da mais-valia relativa, se constitui historicamente como dispensa de trabalho vivo do processo produtivo e o consequente barateamento das mercadorias e da mercadoria força de trabalho. Isso se coloca como o sentido lógico e contraditório do desenvolvimento das forças produtivas, em que a mais-valia gerada nesse processo, do ponto de vista do capital em geral, destina-se majoritariamente à reprodução ampliada do capital enquanto aumento de inversões em capital constante, como aumento da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante, trabalho morto, e o capital variável, trabalho vivo). Nesse sentido, conforme a acumulação do capital ocorre, o trabalho vivo é substituído por máquinas no processo produtivo, tornando cada vez mais crítica a própria valorização capitalista. Marx

(2011, p. 340) afirma que o aumento da produção é seguido pelo aumento de ramos produtivos, entretanto chama atenção para a constante desproporcionalidade gerada pela contradição entre o processo de produção e valorização, impulsionada pelo sentido de produção e apropriação cada vez maior de trabalho excedente, na forma de mais-valia. Tal movimento constitui o dinheiro e o preço da mercadoria como contradição que se coloca à reprodução social total do capital que aparece como queda tendencial da taxa de lucro.

Nesse sentido, estamos de acordo com Robert Kurz (1995) quando discute as formas críticas de autonomização²⁵ do dinheiro no processo social de valorização, que passa a determinar ficcionalmente a forma de acumulação dos diferentes capitais. Com a chamada terceira revolução industrial, a partir da década de 1970, que resultou na redução absoluta mundial de postos de trabalho produtivo graças a níveis altíssimos de produtividade estabelecidos pela microeletrônica e pela robótica, o capital em geral perde a capacidade de se reproduzir a partir de seus próprios termos, ou seja, da exploração abstrata e rentável de trabalho vivo no processo produtivo, perdendo assim, a capacidade de valorizar o valor. Os capitais ociosos, exortados do processo de circulação graças aos altos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, passam a buscar remuneração em investimentos creditícios, como o mercado especulativo de ações, *commodities*, derivativos, entre outros, uma vez que a taxa de juros, mesmo com risco elevado, frequentemente apresenta-se maior do que as taxas de lucro do capital produtivo. Assim, a produção de mercadorias, por conta da incapacidade de valorização do valor, após a terceira revolução industrial, só pôde ser sustentada mundialmente através do capital fictício, já que o dinheiro como meio de pagamento pode ser utilizado para o pagamento das dívidas e contratação de novos créditos (mecanismo conhecido como rolagem de dívidas) sem que a valorização tenha ocorrido. Nesse aspecto, o dinheiro de crédito vai protelando a valorização como promessa futura, que não chegará a ocorrer. O aumento

global do endividamento alimenta a crise, na forma da economia de bolhas, que aparece quando os credores não conseguem pagar o que devem e nem rolar suas dívidas com novos créditos, como aconteceu no Brasil sobretudo a partir de 2014, após o fim da bolha das *commodities*²⁶ e na crise do *subprime* norte-americano em 2008 (Pitta, 2020). Nesse momento, a crise financeira se constitui, segundo o movimento histórico do capitalismo como contradição em processo, como crise mundial e fundamental do capital

O alto nível do desenvolvimento das forças produtivas, como aumento histórico da composição orgânica do capital, se coloca como realidade mundial no século XXI, o que nos faz questionar, dentre outros fatores, a existência de um chamado circuito inferior pautado pela baixa densidade técnica e capitalização dos mercados locais, perspectiva colocada pela retomada da teoria dos dois circuitos no século XXI. O financiamento bancário tornou-se uma necessidade para diferentes capitais nesse processo constante e crítico de substituição de trabalho vivo por capital constante, resultando historicamente na crescente dificuldade de saldar as dívidas contraídas em cada ciclo de reprodução ampliada do capital, o que por sua vez aprofunda a necessidade e dependência do capital fictício, aprofundando a crise de valorização do valor. O capital se ficcionaliza a partir de relações que implicam a circulação e distribuição de mercadorias e “dinheiro sem valor” (Kurz, 2014): aliena-se o porvir na esperança de valorização, mas o dinheiro provindo desse capital não tem o conteúdo de uma riqueza real, produto de tempo de trabalho aplicado ao processo produtivo. O próprio dinheiro se generaliza como mercadoria a ser comprada e vendida, produzindo, assim, formas que ficcionalizam a acumulação. Dessa maneira, o capital fictício passa a determinar a necessidade da produção de mercadorias e do aumento da produtividade, sendo a dinâmica de endividamento e a produção de dinheiro e mercadorias dessubstancializadas o próprio aprofundamento tautológico da crise, em que o capital fictício funciona como dominação social objetiva

e fantasmagórica²⁷ sobre a totalidade da sociedade produtora de mercadorias (Pitta, 2020).

No Brasil, a expansão e generalização de dispositivos financeiros e de crédito, como forma de manifestação do capital fictício, promoveu, entre outros fatores, a ascensão da chamada “nova classe média”, na primeira década do século XXI. Esse fenômeno esteve pautado no aumento da concorrência, não só entre os capitais, como entre os trabalhadores e em todos os âmbitos da vida, aumento do consumo, formação escolar, técnica e científica como promessa de ascensão social, entre outros momentos críticos da reprodução social mediada por dinheiro dessubstancializado. O Estado viabilizou legalmente a formalização jurídica necessária para esse processo, como necessidade determinada pela crise de valorização do valor enquanto crise do trabalho. Uma vez que a exploração do trabalho não produz mais o valor necessário para reproduzir a sociedade sob seus próprios fundamentos, isto é, a exploração produtiva de trabalho, longe desta implodir como forma social, ao contrário, aparece sob as formas mais extenuantes e desgastantes possíveis, também na formalização espetacular da figura jurídica do MEI. A promessa de trabalho e de remuneração através da autonomização jurídica do trabalhador na forma de microempreendedor individual, bem como a pressão para formação educacional e profissional continuada e ininterrupta da força de trabalho, surgem como formas que o crédito vai assumindo enquanto ficcionalização do trabalho e da acumulação. Diante da crise do trabalho e disposição do crédito (nas várias formas, mas principalmente na forma de consumo) no período analisado, camadas cada vez maiores da população devem ser empreendedoras da própria força de trabalho – da própria miséria que caracteriza a crise da forma social – e se lançar na “retorta” da circulação (Marx, 1988) a fim de sair momentaneamente vencedor frente a tantos outros perdedores no processo de reprodução social capitalista ficcionalizada.

Nesse aspecto, a proletarianização ditada pela precarização dos processos de trabalho, que compõe o movimento de ascensão das camadas médias no Brasil, via terceirização e juridificação²⁸ dos indivíduos enquanto empreendedores (trabalhadores e empregadores ao mesmo tempo) – em serviços e trabalhos tradicionalmente improdutivos, que constituem-se como o *faux frais*²⁹ da produção – correspondeu, em certo sentido, à desproletarianização da chamada classe trabalhadora dos processos produtivos (Scholz, 2008). A forma assumida pela ascensão das camadas médias no Brasil nesse contexto abordado, considerando seu caráter fragmentado e pluralizado (Scholz, 2008), transforma de maneira geral, no plano ideológico e psicossocial, todos em potenciais capitalistas detentores de formas de consciência pequeno burguesa (individualizadas), mas sobretudo efetiva potenciais perdedores, ou ainda acumuladores de dívidas, diante da crise da sociabilidade fundamentada nas relações de valor e dissociação³⁰. Nesse sentido, o aumento da concorrência é frequentemente experimentado como angústia e medo frente a constante possibilidade de despromoção social. Os postos de trabalhos que restam são cada vez mais precarizados, anunciando sua superfluidade histórica, como forma social negativa que permanece, contudo, como mediação social (Scholz, 2008).

Tanto na constituição dos dados e relatórios oficiais, quanto na teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, bem como na Crítica à Razão Dualista de Oliveira, não há diferenciação categorial entre preço e valor. As análises de um e de outro se estabelecem na dimensão do preço³¹ que toma o lugar do que reflete e ganha o nome do refletido, isto é, do valor, apagando, dessa maneira, a relação contraditória entre esses dois termos. A não consideração da produção de valor como processo contraditório em relação à forma preço, e a sua expressão em dinheiro poderia conformar, nesse aspecto, uma crença na expansão ilimitada do capital enquanto modo de produção, numa concepção do processo de acumulação *ad infinitum*, por parte da constituição da visão

estatal expressa nos relatórios e para a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Entretanto, o excedente monetário poderia expressar justamente a não valorização do valor, a crise de valorização do capital, que apresenta contraditoriamente – como forma de expressão dessa crise – a superprodução de todos os seus fatores: mercadorias, dinheiro, força produtiva, força de trabalho etc., em contraposição a não acumulação de valor, à impossibilidade de sua valorização, segundo seus próprios termos.

Nesse sentido, é possível compreender que em tais análises acerca da especificidade do capitalismo nos países periféricos, há uma certa defesa do capital produtivo em detrimento do financeiro, da financeirização, que estaria se apropriando das riquezas produzidas pelas classes trabalhadoras, principalmente na teoria dos dois circuitos, a qual analisa as finanças quase como superestrutura global que drena a renda dos trabalhadores enquanto produtores empobrecidos³². A perspectiva desenvolvimentista que persiste nos argumentos aqui criticados vai considerar o Estado de Bem-Estar Social europeu como referência a ser atingida, “uma sociedade de camadas médias satisfeita pelo consumo de mercadorias a ser sustentado eternamente” (Pitta, 2020, p. 53). Em vista disso, a violência interna ao processo de modernização do capital não é tida como o objeto da crítica social, ou ainda é considerada como algo “externo” à contradição capitalista que pode ser gerida e solucionada em âmbito político.

As concepções de segmentação social em classes de renda só são possíveis diante da crise do trabalho presente na sociedade atual. A crítica que se estabelece diante de tais concepções não poderia ser outra que não a crítica distributivista, sob os mais variados matizes que tratam do problema em termos de “distribuição de renda” de forma mais justa, mais igualitária etc. Certamente esse é um dos fetichismos postos na análise da circulação do capital, uma vez que as questões da desigualdade e do subdesenvolvimento aparecem justamente como sendo um problema exclusivo ao âmbito da circulação do capital, enquanto distribuição do

capital produzido, em que aqueles que produzem – os trabalhadores – não podem se apropriar do produto. A exposição do fenômeno da pobreza e do subdesenvolvimento sob a perspectiva dos rendimentos esconde, assim, a crise do trabalho, projetando uma cisão entre produção e consumo que não discerne o chamando sobreproduto nacional³³, em sua forma material de mercadoria, e mesmo em sua forma fictícia, dos ínfimos rendimentos relativos ao montante nacional e mundial da maioria da população brasileira. Essa análise ainda conduz a questão da pobreza de modo a obscurecer a relação contraditória entre o montante de capital fictício – que é criado e que circula nos mercados secundários, de títulos e ações de dívidas, propriedades e *commodities* como busca de investimentos do capital a juros – e sua atuação em empreendimentos improdutivos, espetaculares, bélicos, sem falar da produção de mercadorias improdutivas, isto é, sem valor, apenas precificada.

Portanto, compreendemos que a análise da expansão do crédito na primeira década do século XXI no Brasil necessita de um aprofundamento crítico e categorial na medida em que “as determinações supostamente ontológicas [do capital] revelam-se historicamente limitadas e decrépitas”, já que a substância do valor, tempo de trabalho social médio, torna-se obsoleta ao processo de produção de mercadorias (Kurz, 2007, s. p.). A terceira revolução industrial, assim, apresentou uma mudança qualitativa sem precedentes no processo histórico capitalista e, ao fazê-lo, coloca à crítica teórica o desafio de acompanhar tais mudanças e também se transformar. A luta de classes como forma de entendimento da totalidade, assim como a teoria dos dois circuitos, torna-se obsoleta diante da crise de valorização como crise do trabalho, da ascensão das camadas médias fragmentadas e pluralizadas, da produção de novas disparidades sociais, do asselvajamento do patriarcado (Scholz, 2009) e do aprofundamento do racismo estrutural³⁴.

Notas

1. O cerne dessas reflexões encontra-se de maneira mais detalhada em nossa pesquisa de mestrado: “Vai crédito hoje?": Do curto-circuito ao *blackout* da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082015-144002/en.php>. Acesso em: 31 jan. 2023.
2. Sobre o avanço dos indicadores sociais e econômicos na primeira década do século XXI, ver **IBGE – Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31 jan. 23. Ver também **IBGE – Contas Nacionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 31 jan. 2023.
3. A expressão, “nova classe média” cunhou, em 2010, a publicação e o estudo “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”, desenvolvido pelo Centro de Políticas Sociais, filiada ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. O estudo foi coordenado na época pelo economista Marcelo Neri, posteriormente nomeado presidente do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – de 2012 a 2014, e ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República de 2013 a 2015.
4. Segundo indicadores do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), “a taxa de pobreza do Brasil caiu de 41% no início da década de 90 para entre 33% e 34% em 1995. Depois de se manter nesse nível até 2003, a taxa de pobreza apresentou declínio constante, caindo para 25,6% em 2006”. *BBC News Brasil*, 20 abr. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_np. Acesso em: 31 jan. 2023. Segundo o estudo “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres” (2010), coordenado por Marcelo Cortes Neri, em 2009 a taxa de pobreza no Brasil declinou a 15,32% da população. É preciso chamar atenção para o fato de que a pronunciada redução da desigualdade social no país corresponde a aparência do processo, uma vez que, mesmo com o aclamado avanço mostrado pelas pesquisas no sentido da melhor distribuição de renda, o Brasil permaneceu entre os dez países com maior desigualdade de renda no mundo no período considerado. Há que se apontar também que, em termos de crescimento relativo, a classe A e B foram as que mais aumentaram sua renda, segundo o próprio relatório analisado (Neri, 2010, p. 11, 12).
5. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) foi fundada em 1948 “[...] para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social”. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em: 31 jan. 2023. Celso Furtado atuou na CEPAL entre 1949 e 1957 como diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico.

6. O CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) “foi criado em 1969, por um grupo de professores de diferentes áreas afastados das universidades pela ditadura militar, para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil”. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional/>. Acesso em: 31 jan. 2023. Os estudos desenvolvidos no âmbito do CEBRAP estavam inseridos nas discussões sobre os processos de industrialização e urbanização do país e, de certa forma, se contrapunham à visão Cepalina desenvolvimentista e às “teorias da modernização” que se situavam sob uma perspectiva dualista de desenvolvimento nacional. Dentre esses estudos, destaca-se o livro *Crítica à Razão Dualista* (2003) de Francisco de Oliveira.
7. Cf. *Relatório de Inclusão Financeira*, n. 1, Banco Central do Brasil (2010). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/relinccfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.
8. Cartões de consumo, geralmente varejista, concedidos por grandes lojas, os quais são válidos somente para o estabelecimento em questão e que permite o parcelamento das compras efetuadas nos mesmos. Com a generalização de bandeiras financeiras internacionais, como Visa e Mastercard, tais lojas se transformaram em verdadeiros bancos, com suas receitas mais atreladas à remuneração do capital financeiro (juros) do que com o lucro comercial.
9. *Relatório de Inclusão Financeira*, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 70.
10. O termo microcrédito foi criado na década de 1970 por um economista, natural de Bangladesh, chamado Muhammad Yunus, ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006 e fundador do Banco *Grameen* – banco especializado em conceder microcrédito à população mais pobre (especificamente mulheres, mães de família) sem exigir nenhuma garantia e sem quase nenhuma burocracia. Yunus afirma e desenvolve uma teoria e atividade financeira (banco) na tentativa de demonstrar que o microcrédito é um importante instrumento de luta contra a pobreza (Yunus, 2008).
11. Comunicado do IPEA nº7, agosto de 2008. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5531>. Acesso em: 31 jan. 2023.
12. Segundo o Comunicado, “[...] é preciso estar atento para o fato de que o mundo do trabalho ainda não é capaz de repassar ao trabalhador parte significativa dos ganhos obtidos nos últimos anos.” (IPEA, 2008, p.11).
13. Segundo Oliveira: “O subdesenvolvimento assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, através de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica esteve em fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, a impediu, precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista, vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização. O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital, mas falhou em especificar-lhe as formas históricas concretas, sobretudo em relação à periferia.

Quando o tentou, obteve alguns dos grandes resultados de caráter mais geral, com a “via prussiana” e a “revolução passiva”. Mas por muito tempo, um “evolucionismo” marxista esteve em larga voga, o que resultou numa raquítica teoria sobre a periferia capitalista, dentro das etapas de Stálin, do comunismo primitivo pré-classes ao comunismo pós-classes. No caso latino-americano esse etapismo levou a equívocos de estratégia política, e a teoria do subdesenvolvimento era considerada “reformista” e aliada do imperialismo norteamericano” (2003, p. 126).

14. Sob a perspectiva da construção de outra forma de planejamento, Santos critica a planificação que vinha ocorrendo nos países considerados subdesenvolvidos: “[...] a planificação regional e urbana tornou-se um exercício extremamente útil não apenas à penetração mais fácil do imperialismo e do capital no Terceiro Mundo, mas também um veículo privilegiado das teorias subjacentes.” (2008, p.56).

15. Reconhecemos que a construção das reflexões de ambos autores, nesse momento, tinha como base questões e críticas postas por interlocutores comuns, como os pensadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e principalmente as discussões sobre o subdesenvolvimento realizadas por Celso Furtado (1965).

16. Sobre a aproximação das duas interpretações em relação à crítica ao dualismo, Santos escreve: “Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior, do mesmo modo que as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas [...]”. (Santos, 2004 p. 56)

17. Nesse sentido, segundo Alfredo, a efetivação da reprodução social capitalista constitui uma relação de necessidade à formação da inconsciência como forma de consciência do real, principalmente em decorrência da generalização da forma mercadoria e sua ilusão de estrita concretude. Sob a forma valor, na medida em que o concreto é veículo das abstrações do capital, ele aparece como estritamente concreto: “[...] o concreto, ainda que posto, é pressuposto para efetivar-se como fetiche de uma sociabilidade determinada por abstrações, por metafísicas”. (Alfredo, 2010, p. 38)

18. De acordo com Gaudemar: “[...] parece importante desmistificar o discurso econômico como discurso portador de uma disciplina, mostrar como ele cala ou até esconde os conceitos que poderiam explicitar os seus traços, produzindo desse modo outros conceitos pretensamente neutros, pelos quais todos os processos de poder são reduzidos à dimensão de uma mecânica abstrata.” (1977, p. 51).

19. De acordo com Santos: “Na medida em que novos gostos são difundidos em escala nacional e que subsistem gostos tradicionais, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica. Isto é verdadeiro tanto para os meios de produção como para os meios de distribuição. Assim, são criados nas cidades dois circuitos econômicos responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial, dois subsistemas, o ‘circuito superior ou moderno’ e o circuito inferior, podem ser isolados e identificados” (Santos, 2004, p. 126)

20. Trataremos da contradição interna da mercadoria e do aumento histórico da composição orgânica do capital no item 4.

21. Dentre os estudos que se utilizam dessa teoria para a explicação do fenômeno, é preciso destacar as pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo, orientadas pela professora doutora Maria Laura Silveira, as quais se referem sobretudo ao fenômeno na cidade de São Paulo e cuja continuidade e utilização da teoria dos dois circuitos se apresentam com maior dedicação. Ver Silveira, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19003>. Acesso em: 2 fev. 2023. Ademais, foi produzida no âmbito de um acordo de cooperação com o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la República Argentina (Conicet) uma importante pesquisa apoiada pela FAPESP, conduzida pelos professores Fabio Betioli Contel, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), e María Laura Silveira, do Conicet. Pesquisa que contou com a participação de Marina Regitz Montenegro, em pós-doutorado também apoiado pela FAPESP. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/o-impacto-do-fenomeno-financeiro-nas-periferias-das-grandes-cidades/22546/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

22. Sobre essa questão, segundo Silveira: “O crédito tem aumentado significativamente nos últimos anos. Entre 1995 e 2005, as operações de crédito do sistema financeiro nacional se triplicaram. Todavia foram as operações de crédito de pessoas físicas que tiveram um crescimento extraordinário (cerca de 15 vezes numa década). Ainda que boa parte das instituições financeiras seja anterior à década de 1990, o número de agências, de novas instituições financeiras e o volume de dinheiro emprestado cresceram significativamente a partir do Plano Real em 1994. A partir da estabilização da moeda, houve uma explosão do consumo financiado de bens duráveis como geladeiras, fogões, televisões e, inclusive, automóveis, mas também de bens imateriais. [...] Além disso, deve ser assinalado o processo de aquisições e fusões, de obtenção de créditos públicos e outras políticas que favoreceram a busca de liquidez e o consumo” (Silveira, 2009, p. 68).

23. Contel assinala que um “um dos problemas é que o consumidor com menor grau de instrução raramente faz o cálculo de quanto terá pago pelo produto após quitar todas as parcelas. Sua preocupação é saber se o valor de cada prestação cabe no orçamento mensal. [...] As consequências disso podem ser o endividamento, a inadimplência e até mesmo a insolvência. No segmento das famílias com renda familiar até 10 salários mínimos, 63,9% estavam endividadas e 23% inadimplentes em 2013”.

24. “Do ponto de vista do fluxo da renda, essa difusão e capilarização dos bancos, instituições financeiras e redes de comércio varejista nas periferias, acentua, por meio do custo dos produtos financeiros, a transferência de recursos dos segmentos de menor renda para o circuito superior da economia urbana, constituído pelos grandes grupos empresariais. Do ponto de vista das economias locais, promove a reconfiguração do espaço, contrapondo aos estabelecimentos dedicados aos pequenos negócios – o chamado circuito inferior da economia urbana – uma concorrência altamente capitalizada,

favorecida pela publicidade, pelo status simbólico das marcas e pela oferta de crédito a prazo” (Arantes, 2016).

25. Concebemos o termo “autonomização” como aparência de autonomia, de acordo com as reflexões desenvolvidas por Marx em *O Capital*.

26. Para um entendimento aprofundado a respeito da mediação do capital fictício como momento mundial de inflação dos títulos de propriedade que caracterizou a bolha das commodities e a crise brasileira, ver Pitta (2020).

27. Em sua crítica ao valor, Marx reconhecia o caráter fantasmagórico do dinheiro, em que o fetichismo dessa forma é, em verdade, o fetichismo da mercadoria tornado visível e ao mesmo tempo ofuscante: “As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas [...]. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.” (Marx, 1988, p. 84, 85)

28. O termo “juridificação” é aqui utilizado para indicar a quantidade crescente de aberturas de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, isto é, abertura formal de empresas) na figura dos próprios indivíduos, como a figura do microempreendedor individual (MEI). Ademais, com a expansão e facilidade de abertura de CNPJ, é necessário apontar para o que vulgarmente se conhece hoje como “pejotização”: Como forma de se livrar de encargos trabalhistas, as relações de trabalho se transformam em relações entre empresas, uma vez que empresas deixam de contratar trabalhadores e passam a contratar serviços, relação que na prática tem levado a uma precarização crescente das condições de trabalho.

29. De acordo com capítulo VI do livro II d’*O Capital*, os custos de circulação do capital, na forma mercadoria, em realidade se constituem como *faux frais* (falsos custos) do capital produtivo (1985, II, v. III, cap. VI). Sobre a acumulação capitalista enquanto valorização do valor, Marx explica que “o próprio processo de reprodução implica funções improdutivas”. Nesse sentido, entendemos o *faux frais* como o falso custo do capital produtivo que tem a função de estreitar “o limite negativo da valorização” do capital (Marx, 1985, II, v. III, p. 97).

30. Como dissociação-valor, entendemos, segundo Scholz (2009) e Kurz (2007), os momentos da reprodução social que são constituídos como femininos e apartados do âmbito da produção histórica do capitalismo enquanto patriarcado produtor de mercadorias. Nesse sentido, a dissociação remete a momentos da reprodução social apartados da produção de valor e apagados da reflexão teórica androcêntrica e universalista (Kurz, 2007). Em nossa pesquisa de mestrado, que deu origem à exposição deste artigo, procuramos refletir a partir da perspectiva de crítica do valor e da dissociação. Para mais detalhes, ver RIBEIRO (2015).

31. Na perspectiva mais recente da teoria dos dois circuitos, o preço é inflacionado pelas finanças, em detrimento de um “valor real” das mercadorias. Aqui percebemos como essa

concepção de valor real não leva em consideração a fantasmagoria contida no valor como relação social, tomando o preço, não como expressão contraditória do valor e da mercadoria, mas como o “a mais” usurpado pelas finanças.

32. Nesse caso, a crítica que Pitta direciona à Marquetti et al. (2016) e Batista (2018), nos serve como possibilidade de entendimento e crítica à concepção de finanças presente na teoria dos dois circuitos e na concepção do marxismo tradicional da luta de classes expressa por Oliveira: “tais leituras [...] poderiam ser consideradas como atualizando uma teoria da dependência brasileira agora financeirizada, já que tal atraso poderia ser remetido a um “rentismo” do capital financeiro, como também em Paulani (2017), que critica os elevados ganhos financeiros (em benefício das ‘finanças’, como em Chesnais) no período, em detrimento de uma suposta ‘produção de riqueza real’ (Paulani, 2017, p. 31). A tese defendida por estes autores de um capital rentista e especulativo que se beneficia da produção de “riqueza real”, o que positiva um paradigma produtivista e modernizador, chega até a assustar, principalmente no que diz respeito ao marxismo tradicional na periferia que transfere a crítica da exploração do trabalho para o nível da desigualdade internacional entre centro e periferia, agora com o capital financeiro a ‘controlar’ o processo” (Pitta, 2020, n.p.).

33. Em relação ao que estamos chamando de sobreproduto social, Kurz escreve: “O mais-produto material não pode mais ser definido como objeto de apropriação para uso e proveito de uma pessoa qualquer: ele se autonomizou à vista de todos como monstruoso fim em si mesmo. A capitalização do mundo e os pululantes projetos abstratos de utilidade ganham uma desesperada semelhança com a construção das pirâmides no limiar da civilização, mesmo que sob relações sociais inteiramente diversas (mercadoria e dinheiro)” (1993, n.p.).

34. Embora não tenha sido possível, no presente artigo, elaborar o racismo estrutural como momento da contradição em processo das relações de dissociação valor e como determinante na produção de novas disparidades, não podemos deixar de anunciá-lo, mesmo que no final do texto, como forma de abrir um caminho, que julgamos fundamental, para reflexões futuras.

Referências

A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres. Marcelo C. Neri (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em <https://www.cps.fgv.br/cps/ncm/>, acessado em 11 de dezembro de 2020.

ALFREDO. A. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização. *CIDADES*, v.6, n.10, 2009.

_____. Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. *Terra Livre*, São Paulo/SP, Ano 26, v.1, n. 34, p. 37-62 Jan-Jun. 2010.

ARANTES, J. T. O impacto do fenômeno financeiro nas periferias das grandes cidades. Agência FAPESP. Janeiro de 2016. Disponível em <https://agencia.fapesp.br/o-impacto-do-phenomeno-financeiro-nas-periferias-das-grandes-cidades/22546/> acessado em 11 de dezembro de 2020.

Comunicado do IPEA nº7, agosto de 2008. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1714, acessado em 11 de dezembro de 2020.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, Ed. Estampa, 1977.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244p.

_____. Dominação sem sujeito: Sobre a superação de uma crítica social redutora. Revista Krisis, nº 13, 1993. Versão portuguesa difundida no Seminário Internacional "A Teoria Crítica Radical, Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana", Fortaleza, Ceará, 29.10.2000. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz86.htm>. Acessado em 11 de dezembro de 2020.

_____. A Ascensão do Dinheiro aos Céus - Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global, 1995. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>. Acessado em 05 de dezembro de 2020.

_____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. 2007. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias*, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>. Acessado em 23 ago. 2020.

_____. *Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona. 2014. 382p.

LEITE, A. Formação regional e formação do território nacional como momentos contraditórios do processo de territorialização do capital. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 92, p. 103-130, jun. 2012.

LENCIONE, S. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 1999. 224p.

MONTENEGRO, Marina R. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*. São Paulo, Vol. I, Tomo 1, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988. 287p.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*. São Paulo, Vol. I, Tomo 2, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988b. 294p.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Circulação do Capital, São Paulo, Vol. III, Livro segundo, Editado por F. Engels. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1985, 2 ed.

_____. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III, tomo II (volume V). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. *Grundrisse*. Rio de Janeiro. Ed. Boitempo, 2011. 788p.

OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003. 150p.

PITTA, Fábio Teixeira. O Crescimento e a crise da economia brasileira no séculoXXI como crise da sociedade do trabalho. Bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. Disponível em http://www.obeco-online.org/fabio_pitta.pdf. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination: a Reinterpretation on Marx Critical Theory*. Cambridge University Press, 1993. 424p.

Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, disponível em https://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf, acessado em 11 de dezembro de 2020.

RIBEIRO, A. S. M. “Vai crédito hoje?”: do “curto-circuito” ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. 2015. (Mestrado em Geografia Humana) - *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 213p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 384p.

_____. *O Espaço Dividido. Os dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2ed. 2004. 433p.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Ed. Edusp, 2008. 170p.

_____. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. *Reflexões sobre a Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção São Paulo*, p. 81-96, 1980.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *CADERNO CRH, Salvador*, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009

SCHOLZ, R. A nova crítica social e o problema das diferenças. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, 1/2004. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm. Acessado em 5 jun. 2020

_____. Forma social e totalidade concreta: na urgência de um realismo dialético hoje. 2009. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, n. 6, 2009. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/roswithascholz12.html>. Acessado em 23 nov. 2020.

_____. O ser-se supérfluo e a “angústia da classe média”. O fenómeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo, 2008. [OriginalÜberflüssig sein und „Mittelschichtsangst“. Das Phänomen der Exklusion und die soziale Stratifikation im Kapitalismus]. Tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm. Acesso em 29 de novembro de 2020

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Trad. Maria C. Cupertino. São Paulo. Ática, 2008.